



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO 2500000158_CF_01DCRI2025

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

ARTIGO 1.º - Objeto Contratual

ARTIGO 2.º - Fundamentação e Caracterização do Contrato

ARTIGO 3.º - Prazo de Vigência do Contrato

ARTIGO 4.º - Gestor do Contrato

CAPÍTULO II - Obrigações das Partes

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

ARTIGO 5.º - Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 6.º - Conformidade dos Serviços

ARTIGO 7.º - Local de Prestação de Serviços

ARTIGO 8.º - Dever de Sigilo

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

ARTIGO 9.º - Preço Base

ARTIGO 10.º - Condições de Pagamento

CAPÍTULO III - Vicissitudes Contratuais

ARTIGO 11.º - Sanções Contratuais

ARTIGO 12.º - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

ARTIGO 13.º - Atos e Direitos de Terceiros

ARTIGO 14.º - Resolução do Contrato

ARTIGO 15.º - Caução

CAPÍTULO IV - Disposições Finais

ARTIGO 16.º - Comunicações

ARTIGO 17.º - Foro Competente

ARTIGO 18.º - Direito Aplicável e Natureza do Contrato

ARTIGO 19.º - Contagem de Prazos

CAPÍTULO V - Especificações Técnicas

ARTIGO 20.º - Características Técnicas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos estabelece as condições técnicas e jurídicas a incluir no contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário tendo por objeto a inscrição da ULisboa na Feira FUTURÁLIA 2025.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), CPV - 79956000-0 Serviços de organização de feiras e exposições, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.
3. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Convite e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação objeto e que serão incluídos no contrato a celebrar.

ARTIGO 2.º

Fundamentação e Caracterização do Contrato

1. Para a participação conjunta da Universidade de Lisboa no certame de divulgação de Ensino Superior, FUTURÁLIA 2025, é necessário alugar o espaço e os serviços associados.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar integra ainda:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;

- d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
 - f) Clausulado contratual.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
 5. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 3 do presente artigo.

ARTIGO 3.º

Prazo de Vigência do Contrato

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, designadamente obrigações de sigilo, de conformidade dos serviços a adquirir, o contrato vigorará desde o momento da assinatura e publicitação no Portal dos Contratos Públicos até ao último dia de realização da Feira Futurália a acontecer a 29 de março de 2025.
2. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

ARTIGO 4.º

Gestor de Contrato

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato é designado um gestor do contrato.
2. O gestor detetará os desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, identificando e propondo medidas corretivas que se revelem adequadas, ao órgão competente para a decisão de contratar.

CAPÍTULO II

Obrigações das Partes

SECÇÃO I **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

ARTIGO 5.º

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário, as seguintes:
 - a) Garantir a inscrição conjunta da Universidade Lisboa no certame de divulgação de Ensino Superior, FUTURÁLIA 2025, o aluguer de espaço expositivo de 504m², limpeza, 3 lugares para estacionamento de viaturas em parque subterrâneo, fornecimento de eletricidade e acesso à Internet.
 - b) Manutenção das condições do fornecimento, bem como das premissas técnicas do mesmo descrito nas especificações técnicas do presente caderno de encargos, necessárias à boa execução do contrato;
 - a) Não alterar as condições de prestação de serviços;
 - b) Prestar de forma correta e fidedignas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante;
 - c) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento dos bens.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 6.º

Conformidade dos Serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato, em conformidade com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeitam à conformidade dos serviços a prestar.
4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

ARTIGO 7.º

Local da Prestação de Serviços

Os serviços devem ser prestados na Feira Internacional de Lisboa, Rua do Bojador, Parque das Nações, 1998-010 Lisboa.

ARTIGO 8.º

Dever de Sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que venha a ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a entidade adjudicante lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a

quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

5. O adjudicatário obriga-se a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ARTIGO 9.º

Preço Base

1. O preço base global, para efeitos do presente procedimento pré-contratual, é de 51.499,29 € (cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem a prestação dos serviços objeto do contrato.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato.
4. Em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 47.º, da mesma disposição legal, o preço base de 51.499,29 € (cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, foi definido tendo em conta a consulta preliminar efetuada à única entidade que pode efetuar as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

ARTIGO 10.º

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do artigo anterior, devem ser pagas após a assinatura do contrato e até ao início da feira, nos termos do artigo 292.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o valor constante da fatura enviada, relativa ao serviço executado.
3. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
4. A emissão das faturas pelo prestador de serviços deve observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, bem como ainda fazer referência ao número de contrato e respetivo número de compromisso.
5. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O não pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
8. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.
9. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratuais e legalmente previstos, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

CAPÍTULO III

VICISSITUDES CONTRATUAIS

ARTIGO 11.º

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, por cada incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1‰ (um por mil) e 5‰ (cinco por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA.
2. No caso de incumprimento do prazo fixado para a prestação dos serviços, por causa imputável ao adjudicatário, poderá a entidade adjudicante exigir 1‰ (um por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA, por cada dia de atraso.
3. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a entidade adjudicante possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.
4. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. A aplicação das sanções previstas no presente artigo serão objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

ARTIGO 12.º

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Não é permitida a Cessão da posição contratual e a subcontratação por aplicação do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 317º do CCP.

ARTIGO 13.º

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o adjudicatário sofra atrasos na execução de todas as prestações objeto do contrato em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a Universidade de Lisboa, a fim da mesma ficar habilitada a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de todas as prestações objeto do contrato a executar pelo adjudicatário serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o adjudicatário, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início da execução em causa, ou no decorrer desta, esse facto à Universidade de Lisboa para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias.

ARTIGO 14.º

Resolução do Contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Caso se verifique que o adjudicatário não afete à prestação do serviço objeto do contrato, os recursos necessários e identificados na sua proposta, bem como não dê cumprimento aos prazos definidos no caderno de encargos, a entidade adjudicante procederá à resolução imediata do contrato, sem obrigação de pagamento de qualquer indemnização.

ARTIGO 15.º

Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos está dispensada a prestação de caução.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO 16.º

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

ARTIGO 17.º

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 18.º

Direito Aplicável e Natureza do Contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ARTIGO 19.º

Contagem dos Prazos

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.

2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

CAPÍTULO V

Especificações Técnicas

ARTIGO 20.º

Características Técnicas

1. Para a participação conjunta da Universidade de Lisboa no certame de divulgação de Ensino Superior, FUTURÁLIA 2024, requer-se a aquisição dos seguintes serviços:
 - 504m2 Espaço (21m x 24m);
 - 1 Unidade de Quota para Inscrição;
 - Consumo de Energia;
 - Quota de Remoção de Resíduos;
 - Limpeza do Stand;
 - Presença no Espaço Pós-Graduação;
 - Ledwall e serviços técnicos;
 - 1 Unidade de Rede de Internet 5G – 50 Dispositivos;
 - 1 Unidade de Despesa e Encargos Inerentes ao Procedimento;
 - 1 Unidade de Audiovisuais (palco, écran LCD, computador, microfones, mesa de mistura e técnico audiovisual durante os 4 dias do evento);
 - 1 lona identificadora da Universidade de Lisboa para a presença da ULisboa na feira paralela de Mestrados e Doutoramentos;
 - 3 Lugares para Estacionamento de Viaturas em Parque Subterrâneo;
 - 114 cartões de Expositor;
 - 560 convites.
2. O certame de divulgação de Ensino Superior, FUTURÁLIA 2025, irá realizar-se entre os dias 26 a 29 de março de 2025.

3. O certame irá decorrer na Feira Internacional de Lisboa, Rua do Bojador, Parque das Nações, 1998-010 Lisboa.